O agronegócio é o seguinte

DESMATAMENTO: A CULPA NÃO É DO AGRONEGÓCIO

A ECONOMIA brasileira convive com um patamar de inflação relativamente elevado há algum tempo. Desde meados de 2012, o ritmo de alta dos preços acelerou-se, registrando uma variação acumulada em doze meses de 5,5% a 6,0%. Medidas como a desoneração da cesta básica e a resistência em reajustar os preços dos combustíveis foram meros paliativos no contexto da dinâmica inflacionária configurada. Como resultado da demora em elevar a taxa de juros, a inflação deve permanecer em um nível mais elevado nos próximos meses, pois o tempo entre a calibragem dos juros e seus efeitos concretos sobre os preços é de alguns trimestres.

A **FGV** foi convidada para fazer uma apresentação na 161ª Sessão do Comitê de Agricultura da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ocorrida em dezembro de 2013, em Paris. Para a ocasião, uma edição especial da ***Agroanalysis*** foi produzida, com o objetivo de abordar alguns assuntos estratégicos para o agronegócio brasileiro, os quais estavam fora da pauta da apresentação realizada. Para nossos leitores no Brasil, publicamos nesta edição uma parte dos artigos presentes na edição especial distribuída no evento na França: oportunidades e desafios do agronegócio brasileiro; o papel do agronegócio no desmatamento da Amazônia; e os efeitos do petróleo de xisto sobre o subsídio ao etanol de milho nos EUA. Outros artigos estarão presentes em nossa próxima edição.

O Brasil está na vanguarda da tecnologia para produção de alimentos e energia na região tropical. Nos últimos vinte e um anos, a área plantada com grãos no País cresceu 40%, enquanto o volume produzido aumentou em 220%. Se tivesse sido mantida a produtividade de vinte e um anos atrás, seriam necessários 66 milhões de hectares adicionais, além dos 53 milhões cultivados hoje, para colhermos a mesma quantidade da safra de 2012. Resultados positivos também são observados em outras cadeias, como a de carnes, a de celulose e papel, a de agroenergia, entre outras. Embora o cenário seja positivo, sua continuidade é comprometida por uma série de gargalos que precisam ser superados o mais rápido possível.

Dados divulgados recentemente apontaram um aumento de 28% na taxa de desmatamento entre 2012 e 2013 no Brasil, o que levantou questões sobre a responsabilidade da produção agropecuária quanto a este número. Nesse sentido, a análise do desmatamento recente da região amazônica aponta como causa principal o investimento na infraestrutura das regiões florestais. A construção de estradas e hidroelétricas, por exemplo, tende a causar impactos diretos sobre a mata. Indiretamente, as obras de infraestrutura valorizam as terras, que, por sua vez, incentivam a ocupação humana e o desmatamento.

Nos EUA, a produção de gás e petróleo de xisto tem alcançado resultado substancial sobre a economia energética do país. No entanto, tudo indica que tanto a produção de petróleo de xisto, como a de etanol de milho – que poderia ser ameaçada pelo xisto – serão priorizadas, garantindo a oferta sustentável de combustíveis. Com isso, a produção de milho não deverá sofrer qualquer impacto.

No final de 2013, muito se falou do risco do Brasil ser atingindo pela "tempestade perfeita". Este foi o nome dado pela combinação indesejável entre três fatores: a queda do saldo da balança comercial; a queda no saldo da conta capital e financeira; e o possível rebaixamento da nota dos títulos da dívida brasileira. Mesmo que o rebaixamento não ocorra, a tendência é de deterioração do balanço de pagamentos e depreciação da taxa de câmbio. As exportações do agronegócio serão um importante colchão para a economia brasileira.

Na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, realizada na Polônia (COP 19), a expectativa era traçar os fundamentos básicos para a construção de um novo acordo global a ser assinado em 2015, na COP 21 de Paris, para vigorar a partir de 2020. No entanto, influenciada pelo baixo crescimento econômico dos países desenvolvidos, as negociações não avançaram. Ficará, então, para a COP 20, a se realizar no próximo ano, no Peru, o desafio de instalar uma agenda para construir um novo acordo global para substituir o Protocolo de Kyoto. ■